



Gramatização e soft power: a língua inglesa como estratégia de legitimação hegemonic

Grammatization and soft power: English as a strategy of hegemonic legitimation

Allan Cordeiro da Silveira¹

Universidade Federal Fluminense, Brasil

RESUMO

O estudo investiga a relação entre o processo de gramatização de línguas e o conceito de *soft power*, tendo em vista a padronização linguística como um mecanismo de influência política e cultural de nações hegemônicas. Com base na teoria de Auroux acerca da revolução técnico-linguística, discute-se o impacto da escrita na normatização dos vernáculos europeus e a sua relação com o imperialismo linguístico. Para tal, utiliza-se uma metodologia qualitativa, fundamentada em análise documental e bibliográfica. Os achados sugerem que a padronização linguística teve uma função relevante na construção de identidades nacionais e na disseminação de discursos hegemônicos, com destaque para o inglês como língua franca e seu papel no fenômeno da globalização. O estudo também discute como instituições anglófonas promovem padrões normativos, reforçando a hegemonia linguística da língua inglesa em um contexto de assimetrias e disputas de poder.

PALAVRAS-CHAVE:

Gramatização. *Soft power*. Padronização linguística. Imperialismo linguístico. Inglês como língua franca.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between the process of language grammaticalization and the concept of soft power, viewing linguistic standardization as a mechanism of political and cultural influence exerted by hegemonic nations. Based on Auroux's theory of the technical-linguistic revolution, this research discusses the impact of writing on the normalization of European vernaculars and its connection to linguistic imperialism. To this end, a qualitative methodology grounded in documentary and bibliographic analysis is employed. The findings suggest that linguistic standardization played a significant role in developing national identities and disseminating hegemonic discourses, particularly emphasizing English as a lingua franca and its role in globalization. The study also examines how Anglophone institutions promote normative standards, thereby reinforcing the linguistic hegemony of English within a context of asymmetries and power disparities.

KEYWORDS:

Grammatization, *Soft power*, Linguistic standardization, Linguistic imperialism, English as a lingua franca.

Recebido em: 15/03/2025

Aceito em: 22/09/2025

¹ E-mail: allancordeiro3@gmail.com / allan.cordeiro@id.uff.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1174-2398>

1. Introdução

O estabelecimento da escrita como um mecanismo de padronização, difusão e preservação da língua foi essencial para a elaboração das gramáticas das línguas vernaculares, bem como para a formação dos Estados europeus. Este estudo é relevante no que tange à necessidade de compreender o impacto desse processo no desenvolvimento das dinâmicas de poder e do conhecimento linguístico relacionado com a normatização dos vernáculos europeus. Haja vista que o processo de gramatização transforma a oralidade em um sistema regido por normas, por vezes, vinculado às questões concernentes à identidade local e às políticas linguísticas.

A despeito da extensa literatura que versa sobre a relação entre gramatização e escrita, há lacunas quanto às implicações desse fenômeno na disseminação de instâncias de *soft power*² (Nye, 2004) e na construção de discursos socioculturais hegemônicos.

No que concerne à metodologia, este estudo adota uma abordagem qualitativa, calcada em análise documental e bibliográfica, tendo como marco teórico principal a obra de Sylvain Auroux (1992) sobre a gramatização das línguas. Além disso, são apresentados estudos contemporâneos acerca de *soft power* e pesquisas que trazem à luz conceitos relacionados ao inglês como língua franca para contextualizar dinâmicas globais desse fenômeno.

O estudo analisa como a gramatização das línguas favoreceu a consolidação do *soft power* de nações hegemônicas e como a escrita pode ser uma ferramenta opressora em processos de imperialismo cultural. O artigo se inicia com uma breve discussão sobre o desenvolvimento do conhecimento linguístico e da escrita. Em seguida, são abordados fatores históricos relacionados à gramatização das línguas e à sua relação com o conceito de *soft power*. As considerações finais e sugestões para pesquisas futuras são apresentadas.

2. A escrita e o desenvolvimento do conhecimento linguístico

A história dos conhecimentos linguísticos está intrinsecamente relacionada com o processo da escrita, sendo marcada por publicações acerca do processo de gramatização desde o século XIX, em especial o declínio e a renovação da língua latina. De acordo com Auroux (1992), os estudos desse fenômeno se organizam em categorias que servem como base documentária para pesquisas empíricas, que são semelhantes à ciência da qual derivam e que buscam legitimar o presente,

² O termo *soft power* pode ser traduzido por “poder suave” ou “poder brando”. No entanto, o autor prefere empregar o termo em língua inglesa, por considerar as traduções insuficientes para transmitir a sutileza do termo.

tendo em vista uma perspectiva histórica. Portanto, a escrita se estabelece como um item central na constituição e evolução do pensamento linguístico.

A própria linguística, como disciplina ou forma de saber, é transitória e tende ao desaparecimento, segundo Auroux (1992). Para o autor, é fundamental adotar três princípios inspirados em conhecimentos aristotélicos concernentes à linguagem para compreender esse processo. O primeiro é a necessidade de se definir um objeto de estudo em relação a um grupo de fenômenos. O segundo princípio é a neutralidade epistemológica, que implica a forma de abordar um objeto de estudo. Por fim, o historicismo moderado reconhece que os saberes são situados em diferentes contextos históricos e espaciais, influenciando a sua construção e evolução, ou seja, legitimando o presente que se volta para o passado.

Além disso, Auroux (1992) afirma que o saber linguístico é diversificado e se coloca no princípio da consciência humana. Esse saber é epilinguístico antes de ser metalinguístico. No entanto, é preciso ter em mente que a relação entre esses dois saberes se dá em um continuum, isto é, um saber não cessa para que o outro se manifeste. O primeiro, o saber epilinguístico, refere-se a uma manifestação do saber em situações reais de interação humana, ou seja, em contexto de uso. Dessa maneira, a consciência epilinguística é a manifestação da inconsciência não representada pela metalinguagem, que pode ser manipulada sob forma de relações conscientes com o seu objeto, por meio de jogos de linguagem. Já o segundo, o saber metalinguístico, é especulativo por natureza e abstrato na sua representação ou é de ordem prática, ou seja, reflete acerca da própria linguagem. Esse saber aparece em três tipos de domínio: a) o domínio da enunciação (adequação da fala do enunciador a uma determinada finalidade); b) o domínio das línguas (falar e/ou compreender uma língua); e c) o domínio da escrita.

De acordo com Auroux (1992), o surgimento da escrita é uma revolução tecnológica que teve um grande impacto na transferência dos conhecimentos epilinguísticos para os conhecimentos metalinguísticos. Além disso, salienta-se que foi necessário pensar no funcionamento de línguas durante esse período para traduções, tendo em vista textos antigos. A escrita proporcionou ao homem a constituição de uma visão paralela e espacializada da fala, assim como a observação mais holística da relação entre unidades linguísticas. Essas observações propiciaram o surgimento da gramática e as primeiras análises gramaticais, com o intuito de conhecer um texto ou as suas unidades.

Por fim, Auroux (1992) identifica causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos, tais como a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e relações

com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre as línguas, o desenvolvimento dos conhecimentos conexos com a medicina, a anatomia ou a psicologia. Para Auroux (1992), o desenvolvimento do capitalismo mercantil é um fator decisivo para a estandardização dos vernáculos europeus. O autor sustenta que o desenvolvimento das concepções linguísticas na Europa no período compreendido entre o século V e o século XIX, particularmente o declínio e a renovação da língua latina, é a segunda revolução técnico-linguística resultante da normatização maciça das línguas.

O autor afirma que a gramática é uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas, sendo também uma ferramenta metalinguística e descritiva. Além disso, o Renascimento ganha destaque como pilar da segunda revolução técnico-linguística, assim como o processo de gramatização dos vernáculos europeus na tradição ocidental.

3. Fatores históricos e a revolução técnico-linguística na gramatização das línguas

As invasões bárbaras e o esfacelamento do Império Romano do Ocidente, fatos históricos que contribuíram para a perda de protagonismo do latim vernacular e o surgimento das línguas neolatinas. No entanto, o latim foi conservado como a língua da cultura e da religião, um segundo idioma a ser aprendido pelos europeus no século IX. Com isso, a gramática se torna uma técnica a ser aplicada a qualquer língua materna (Auroux, 1992).

O intenso processo de gramatização de um vernáculo europeu de base latina tem relação com a conjuntura política do mundo latino por meio da Gramática Latina Estendida (GLE), conforme ressalta Auroux (1992). Nesse sentido, as obras de Nebrija (1494), em espanhol, e a gramática de Barros (1540), de língua portuguesa, são citadas pelo autor como exemplos paradigmáticos desse processo.

A harmonização entre o latim e os vernáculos do cotidiano acontece durante a Idade Média, fato que se dá, em grande medida, pela ausência da gramatização dos vernáculos, sendo a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira a primeira causa dessa normatização. Além dessa questão, Auroux (1992) apresenta a segunda causa relacionada à política de um idioma, que pode ser resumida em dois interesses relacionados à regulação e organização de uma língua literária e ao desenvolvimento de uma política linguística de uso interno e externo.

Na tradição ocidental, o Renascimento ganha destaque como pilar da segunda revolução técnico-linguística, em razão de um intenso processo de gramatização de vernáculos europeus (italiano, espanhol, francês, português, alemão e inglês), também, *a posteriori*, o húngaro, o

polonês e o velho-eslavônio. Trata-se de um processo quantitativa ou qualitativamente incomparável com a gramatização anterior (período tardo-antigo ao final da Idade Média), que foi esporádica.

Conforme aponta Auroux (1992), a gramatização dos vernáculos deve ser associada a três elementos: a renovação da gramática latina, a imprensa e as grandes descobertas. O primeiro elemento se relaciona com o surgimento do Humanismo na Itália no século XIV. Esse movimento tinha como um de seus objetivos resgatar o latim clássico, que havia sido recusado devido a esse fenômeno de normatização. O segundo item, o desenvolvimento da imprensa, proporcionou às pessoas acesso a documentos que antes estavam disponíveis para um seleto grupo de intelectuais. Por último, as grandes descobertas territoriais e a colonização progressiva desses territórios têm relação direta com o fenômeno da gramatização.

A expansão linguística decorre do processo de constituição dos Estados nacionais europeus no século XIV, fato esse que implica uma profunda transformação nas relações sociais. Os Estados fizeram da aprendizagem e do uso de um idioma oficial uma obrigação para os cidadãos. Esse vernáculo tornou-se parte importante das novas elites nos âmbitos social e religioso, caracterizando uma verdadeira política linguística. Não obstante a perda de espaço, o latim continuou a ser o idioma de prestígio por muitos séculos.

Igualmente relevantes para o trabalho são a abordagem e a análise de Auroux (1992), ao examinar os conceitos de língua gramatical (LG), língua empírica (LE) e hiperlíngua (H), estabelecendo distinções fundamentais para a compreensão da estrutura linguística. A gramática do linguista (gramática 2 – G2) é o conhecimento da gramática 1 (G1), sendo esta última um “objeto real” presente no espírito de cada falante. Esse princípio é o alicerce dos estudos cognitivos, quase um axioma linguístico. O autor inicia essa discussão com o conceito de gramática 2 (G2), um objeto empírico constituído de paradigmas, regras e exemplos canônicos que permitem ao usuário construir frases. Esse grupo de frases é o que se denomina LG, sendo a LE um grupo de frases enunciadas por seres humanos. Ambas as línguas (LG e LE) são incomensuráveis, não sendo possível saber de antemão quais frases serão produzidas. De acordo com Auroux (1992), se a G2 é o conhecimento da G1, a última deve ter a mesma característica gerativa da LG e as mesmas limitações concernentes à LE.

Tendo em vista que essa hipótese é incorreta, dois modelos são apresentados: o modelo da competência gramatical (MCG) e o modelo de hiperlíngua (MH). O MCG implica que uma mesma G1 está presente em todos os falantes de uma mesma língua (modelo pouco realista), ao passo

que o MH afirma que as relações comunicativas entre os falantes acontecem sobre a base de competências linguísticas, diferentes em cada ser. Os falantes possuem acesso a instrumentos linguísticos para atividades sociais em ambientes onde essa comunicação acontece. Assim, o espaço/tempo (hiperlíngua) é estruturado pelos elementos mencionados. Para ocorrer comunicação, os falantes devem compartilhar a mesma hiperlíngua (rede de comunicação).

Para tal, Auroux (1992) apresenta cinco elementos empíricos que sustentam essa hipótese, sendo: o papel dos instrumentos linguísticos, a participação do mundo na referência, a cegueira verbal, a necessária dualidade da competência linguística e o valor explicativo da hiperlíngua na história da linguística. No primeiro item, o processo de gramatização é apresentado como uma genuína instrumentalização das línguas que produz instrumentos linguísticos que aparecem na hiperlíngua e mudam a sua estrutura. Esse fenômeno traz maior estabilidade linguística que pode ser observada decorrente desse processo.

Outro elemento é a participação do mundo na referência. Auroux (1992) afirma que a língua não é autônoma e deve estar inserida em um contexto para ter função comunicativa. O autor expõe a tese de que, para entender uma determinada língua, é necessário ter conhecimento da ligação que ela possui com o mundo, ou seja, a externalidade da referência vai além do fato de que os objetos referidos pela linguagem estão fora dela. É essencial compreender que a hiperlíngua muda se o mundo muda, tornando-se, assim, necessário aprender uma hiperlíngua para aprender a falar um outro idioma. Esse ponto resulta em desdobramentos na teoria da referência. Dessa maneira, houve a tentativa de se construir uma teoria da referência em um contexto abstrato, no nível da LG. Isso não quer dizer que exista uma relação estável entre um tipo de objeto do mundo e uma entidade de língua, nem que uma estrutura da entidade linguística mantenha a sua própria relação com a natureza dos objetos do mundo.

Ademais, Auroux (1992, 1998) afirma que a externalidade da referência pode se sustentar em fenômenos patológicos conhecidos por cegueira verbal, descrita como a incapacidade de reconhecer objetos, tornando as suas representações meras combinações de palavras³. Deste modo, a hiperlíngua não existiria caso não houvesse comunicação entre os falantes e os interlocutores, que se comunicam plenamente e têm acesso a todas as instâncias da hiperlíngua, segundo a hipótese de uma língua isótropa. A LE e a LG coincidiriam integralmente e não haveria história nem variação caso essa hipótese fosse válida, pois as produções seriam uniformes e previsíveis. Assim, a história acontece pela hiperlíngua. Falar é estar em uma hiperlíngua, segundo

3

Auroux (1992, 1998).

Ainda, a defesa da hipótese da composicionalidade do sentido considera dois pontos relacionados à possibilidade de conceber uma representação de sentido de cada uma das unidades de língua, tal que o valor de sentido de todo o conjunto é uma função daquela de seus componentes e a representação do sentido indica o valor de toda ocorrência possível (Auroux, 1992).

Ao integrar um novo elemento ao cálculo do valor de uma ocorrência, acrescenta-se a representação desse termo no dicionário. Dessa forma, não haveria problema se a representação do tipo equivaler a essa ocorrência, pois toda ocorrência linguística simboliza o tipo e o valor. Em síntese, a hipótese empirista da hiperlíngua consiste na ideia de que uma ocorrência é incompreensível se não se leva em conta que ela carrega a representação de outras ocorrências, compreendida como acontecimentos históricos que marcam a memória coletiva.

Por fim, Auroux (1992) aborda o valor explicativo da hiperlíngua, levantando a hipótese de que ela não tem influência sobre o devir das línguas, isto é, o modelo arborescente da divergência das línguas. Há problemas nesse modelo no que concerne às línguas africanas e ameríndias, pois a característica oral dessas culturas não permite que permaneçam traços de modificação do idioma.

4. Gramatização e *soft power*: a padronização como ferramenta de imperialismo linguístico

O conceito de *soft power* foi desenvolvido por Joseph Nye (2004, 2011) e se relaciona, entre outros elementos, com o processo de gramatização como um fenômeno técnico e um instrumento de influência sociopolítica e cultural. De acordo com Nye (2004, p. 5), o *soft power* é a capacidade que um país ou um grupo de pessoas tem de atrair outros grupos sem que a coerção do poderio bélico-militar (*hard power*) seja exercida. Essa atração se dá por políticas concebidas como legítimas aos olhos de todos os participantes na interação. Em outras palavras, o *soft power* se baseia na admiração, “o poder da sedução e da atração, a misteriosa química da atração” (Nye, 2004, p. 5). Um desses elementos é a linguagem, que é uma estratégia de poder simbólico (Bourdieu, 1998) e influencia identidades, políticas linguísticas, bem como exerceu poder na época das grandes navegações e nas relações de poder colonial.

O processo de gramatização, tal como discutido em Auroux (1992), impulsionou o processo de padronização linguística e a formação dos Estados modernos, apesar de não ter conferido estabilidade aos sistemas linguísticos. Em perspectiva convergente, Nye (2004) sugere que a

identidade nacional é fortalecida por meio de *soft power* linguístico, o qual opera como um recurso que proporciona legitimação política e instrumentaliza a governança de um poder hegemônico. Como exemplo, as línguas normatizadas se tornaram símbolos nacionais, como foram os casos do francês, do português e do espanhol. Dessa maneira, as línguas assumiram a função de instrumento de dominação cultural nas colônias que serviram como plataforma institucional para a consolidação do poder ultramarino.

A famosa frase “*Siempre la lengua fue compañera del imperio*”, de 1492, de Nebrija (2011), representa essa íntima relação entre a língua e o poder imperial, ressaltando o papel da gramatização dos vernáculos europeus no processo de colonização, bem como no fortalecimento desses códigos e na consolidação dos territórios conquistados. Além do mais, essa normatização criou a possibilidade de uniformizar os discursos e garantir os valores, as ideologias e as práticas que fossem convenientes ao poder hegemônico. Dessa maneira, as línguas dos povos originários foram relegadas e o ensino de línguas da metrópole foi incentivado, naturalizando esse domínio cultural.

Outra relação que pode ser desenhada é entre a língua inglesa e o *soft power* anglófono propalado por instituições governamentais, tais como o Conselho Britânico (British Council), que estabelecem padrões mundiais no que concerne ao ensino e à divulgação desse idioma. Essa influência se estende ao ensino de gramática, pois abordagens normativas são promovidas por essas instituições que tendem a estar alinhadas a interesses políticos e ideológicos.

Um fenômeno que se articula ao processo de gramatização é o inglês como língua franca (ILF). Conforme argumenta Seidlhofer (2005, p. 339), o ILF não é um tipo de inglês, mas o uso do idioma feito por indivíduos que falam línguas maternas distintas com o intuito de se comunicarem. O uso do ILF impulsiona e fomenta o fenômeno da globalização pela influência de instituições anglófonas. A tentativa de padronização da língua inglesa auxilia as instâncias de poder hegemônicas na expansão e na manutenção do status quo. Dessa maneira, a língua inglesa também pode ser compreendida como um produto dessa normatização, bem como o latim padronizado no Império Romano.

Além disso, a centralidade da escrita e a produção de gramáticas são essenciais para transformar a língua em um objeto de estudo metalinguístico, segundo Auroux (1992). Essas estratégias possibilitam a confecção de dicionários e gramáticas, bem como a obtenção de certificações internacionais. Esses exames são organizados e controlados por instituições, por exemplo, o Educational Testing Service (ETS), o Conselho Britânico e a Universidade de Cambridge.

Esse papel normatizador assemelha-se ao papel dos gramáticos do século XVI, reforçando a sua referência global, reduzindo a influência de variantes da língua inglesa e os seus usos pragmáticos, em detrimento de variantes tradicionais.

A intensificação do ensino de língua inglesa e o entendimento acerca do poder do discurso que esse idioma carrega penetram as mentes e os afetos das pessoas, pois esse idioma é o mais valorizado e falado do mundo (Seidlhofer, 2011). Em consonância com esse pressuposto, Calvet (1999, 2002, 2007) considera esse idioma como a língua hipercentral do globo. Essa hipercentralidade concede poder a essa língua, tendo a necessidade de se desenvolver um padrão central que dita as regras de uso das convencionalidades linguísticas da língua inglesa, que se associam ao discurso intelectual da globalização perversa apontada por Santos (2017). Esse mesmo padrão se demonstra excludente e cruel, sendo linguisticamente infundado ao rotular essas variantes como “melhores” e as outras como “defeituosas” (Siqueira; Souza, 2014, p. 37).

A fábula ou o mito social do falante de língua inglesa “ideal” é personificado em um conceito absolutamente questionável, pois esse idioma é falado como primeira língua ou língua materna (L1) em mais de 50 países. Essa ideologia associa-se à crença de que professores falantes nativos de uma determinada língua representam os ideais da cultura ocidental por um critério baseado em natividade, fomentado por iniciativas estatais que valorizam esse modelo imaginário. Há programas promovidos por entidades binacionais que concretizam iniciativas de *soft power*, tais como o BRITE (*Brazilians Innovating on the Teaching of English*), bem como entidades ou bolsas de estudos que se articulam em território nacional por meio de parcerias binacionais e transnacionais. Apesar da resistência ao imperialismo linguístico nas tentativas de promover um inovador *rebranding*, há resquícios de colonialismo nessas relações assimétricas (Silveira, 2024).

Essa posição hegemônica se relaciona com o que Canagarajah (1999) chama de imperialismo linguístico, que sugere que a língua inglesa é uma ferramenta opressora que impõe diretamente as convencionalidades ditadas por países no centro do lucro dos séculos de exploração colonial. Um exemplo disso é como os livros didáticos enfaticamente propõem temas que privilegiam o Círculo Central (*Inner Circle*), além de promover estilos de vida oriundos das elites econômicas, na sua maioria, dos países pertencentes a esse Círculo. No entanto, esses recursos não conseguem abranger nem mesmo a diversidade presente dentro dos seus próprios territórios, novamente privilegiando uma classe dominante dentro de outra (Martins, 2016).

Em suma, o ILF se apresenta como um uso da língua inglesa feito por falantes que não têm a mesma língua materna. Os membros que utilizariam o ILF seriam os dos países onde a maioria

dos falantes de língua inglesa não são falantes nativos (Jenkins, 2006; Seidlhofer, 2001).

Apesar do discurso de alcance da língua inglesa ser robusto, sob a agenda da promoção do multilinguismo e da diversidade cultural (Blommaert, 2005), o discurso dos países que se encontram no Círculo Central ainda é predominante, tanto do ponto de vista de *soft power* como de *hard power*. Esse discurso influencia os padrões normativos que regem o uso da língua. Além disso, Blommaert (2005) salienta como a globalização engendra processos relacionados a desigualdades linguísticas e discursivas, reforçando a crítica ao imperialismo linguístico exercido por países anglófonos (PHILLIPSON, 1992, 2013).

A interação das instâncias de globalização com dinâmicas e fenômenos sociais envolve relações assimétricas no ensino e na comercialização da língua inglesa. Essa tendência converge com os apontamentos de Santos (2017) acerca da desigualdade das instâncias da globalização. Portanto, é evidente que o lado otimista, vistoso e “belo” desse fenômeno não está disponível para todos. Em um cenário de assimetrias, o lado que possui vantagem dita os padrões e restringe as possibilidades a grupos hegemônicos, para a manutenção de poder dos seletos.

5. Considerações finais

O presente trabalho analisou o nexo entre o processo de gramatização histórica e o conceito de *soft power*, com ênfase no fenômeno de padronização das línguas. A investigação sugere que o processo de normatização dos vernáculos europeus estruturou o ensino e o conhecimento linguístico, bem como reforçou estruturas de dominação baseadas em identidade nacional e colonialismo. Além disso, essa padronização se tornou um fator decisivo na consolidação do poder político e cultural de nações hegemônicas.

No que concerne ao impacto desse fenômeno, há evidências de que a língua inglesa tem assumido esse papel de língua global hipercentral na contemporaneidade, tendo instituições binacionais, como o Conselho Britânico, desempenhando funções relativas à divulgação da língua inglesa. Países hegemônicos que controlam o monopólio do controle de exames internacionais desempenham um papel central no controle dos padrões linguísticos, por legitimarem variantes específicas da língua inglesa em detrimento de outras mais periféricas. Dessa maneira, esse cenário fomenta uma hegemonia linguística, que se baseia no entrelaçamento entre diplomacia, cultura e economia.

No desenvolvimento do trabalho, a gramática se apresenta como um mecanismo de poder

simbólico que pode moldar as políticas educacionais e práticas discursivas, principalmente por não ser neutra. Essa característica está em sintonia com a concepção de *soft power*, que dispõe de um arcabouço teórico robusto para analisar como as normas linguísticas estabelecidas por nações hegemônicas são utilizadas para atrair e influenciar grupos em uma sociedade sem recorrer à coerção pela força.

No que concerne às sugestões para estudos futuros, podem ser feitas investigações acerca de estratégias alternativas à padronização linguística, com o intuito de explorar ou fomentar a diversidade linguística, bem como fomentar o ensino crítico de língua inglesa e promover práticas pedagógicas pluricêntricas e decoloniais. A adoção dessa postura pode fomentar a autonomia de comunidades linguísticas que se baseiam no uso do léxico local. Dessa maneira, políticas linguísticas menos assimétricas podem considerar a pluralidade de vozes e perspectivas que divergem do cânone.

Referências

- AUROUX, Sylvain. O nascimento das metalinguagens - A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, p. 11-34. 1992.
- AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 17–30, 1998.
- BLOMMAERT, Jan. Discourse: a critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: Edusp, 1998.
- CALVET, Louis-Jean. Pour une écologie des langues du monde. Paris: Plon, 1999.
- CALVET, Louis-Jean. Le marché aux langues - Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris: Plon, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- CANAGARAJAH, Suresh. Resisting linguistic imperialism in English teaching. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JENKINS, Jennifer. Current perspectives on teaching world Englishes and English as a língua franca. TESOL Quarterly, v. 40, n. 1, p. 157-181, mar. 2006.
- MARTINS, Tainá Almeida Alves Martins. Cultura e ensino crítico de Língua Inglesa como língua internacional. Estudos Linguísticos e Literários, n. 54, p. 182-205, 2016.
- NEBRIJA, Antonio de Gramática sobre la lengua castellana. Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 2011.
- NYE, Joseph. *Soft power* - The means to success in world politics. Nova York: Public Affairs, 2004.
- NYE, Joseph. *Soft power*: the evolution of a concept. Journal of Political Power, v. 14, n. 1, p. 196-208, 2021.
- PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism continued*. Nova Iorque: Routledge, 2013.
- PHILLIPSON, Robert. English, the lingua nullius of global hegemony - The Politics of Multilingualism: Linguistic Governance. In: *Globalisation and Europeanisation*. Amsterdam: John Benjamins, p. 275-303, 2014.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2017.

SEIDLHOFER, Barbara. Understanding English as a lingua franca. Oxford: OUP, 2011.

SILVEIRA, Allan Cordeiro da. O papel da diplomacia cultural no ensino de inglês em relações assimétricas. 2024. 248 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2024.

SIQUEIRA, Sávio; SOUZA, Juliana da Silva. Inglês como língua franca e a esquizofrenia do professor (english as a lingua franca and teacher schizophrenia). Estudos Linguísticos e Literários, Salvador, n. 50, p. 31-64, 2014.